

Assistência à saúde em Juiz de Fora (século XIX)

ROGÉRIO SIQUEIRA DE OLIVEIRA¹

MARIA RENILDA NERY BARRETO²

Introdução

Este trabalho faz parte do conjunto de pesquisas que venho fazendo para identificar a assistência à população escrava em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Neste momento ela se desenvolveu a partir de dois eixos de discussão: A cidade, sua formação e sua relevância, e a Assistência, interpretações e ferramentas no século XIX e suas manifestações em Juiz de Fora.

A evolução política da cidade

O crescimento demográfico da Capitania de Minas Gerais foi favorecido pela “descoberta do ouro” em fins do século XVII. A população colonial saltou de cerca de 300.000 em 1700 para 3.250.000 em 1800.³ Entretanto, a ocupação da parte sul da província, comarca do Rio das Mortes, termo de São João Del Rey, não se desenvolverá na mesma intensidade. As principais funções da região eram dar suporte (pouso e abastecimento) e exercer controle (fiscalização) sobre aqueles que se dirigiam para as Minas ou delas retornavam ao Rio de Janeiro.⁴ Na ultima década do dezoito, a dispersão populacional resultante do declínio aurífero levou o Visconde de Barbacena, alzo da Inconfidência, a criar a Vila e o município com seu próprio nome, separadas a partir do então do município de São João Del Rey. As freguesias de Chapéu d’ uvas e Simão Pereira e os territórios da futura Juiz de Fora, dentre outros, compunham este nova comarca. A primeira lei mineira que se referiu a Juiz de Fora foi a de numero 147, de 06 de abril de 1839, que a separava do distrito de Simão Pereira. Em maio de 50 pela Lei Mineira N°472 o distrito se torna Vila de Santo Antonio do Paraibuna, na condição de município e ainda vinculado a Comarca do Paraibuna com sede em Barbacena. Lei Provincial de 1856 elevava a condição de cidade várias Vilas de

¹Mestrando do Programa de pós-graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET - RJ

² Professora e pesquisadora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET - RJ

³FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 25. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995. pag 73 e 74

⁴LAMAS, Fernando Gaudereto. Povoamento e Colonização da Zona da Mata no século XVIII. Histórica, São Paulo, n.8, pag. 2 e STEHLING, Luis José. Como Juiz de Fora nasceu. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Ano III, número 03, pag. 122

Minas Gerais, dentre elas a Vila de Santo Antonio do Paraibuna, agora cidade do Paraibuna, primeira da Zona da Mata com esse status. Foi em Dezembro de 1865, por iniciativa do deputado provincial Marcelino de Assis Tostes, Barão de São Marcelino, que a lei 1262 transformava a Cidade do Paraibuna agora em Cidade de Juiz de Fora, restituindo sua denominação primitiva, nomenclatura que ela continua a ostentar.⁵

Desenvolvimento econômico

Nas primeiras décadas do novecentos as províncias de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais viam crescer, respectivamente sua produção de café e a conseqüente concentração de escravos, a saber nas regiões do Vale do Paraíba, centro-oeste de São Paulo e Zona da Mata mineira.

Estudos realizados por Luis Eduardo de Oliveira, Fernanda Amaral de Oliveira, Claudio Machado e Jonis Freire apontam o período entre os anos 30 e 50 para o momento de expansão considerável da produção cafeeira na região do Vale do Parahybuna, atingindo patamares de produção em larga escala. De rústicos pontos de abastecimento de tropeiros no século XVIII a região experimentou grandes transformações se tornando o principal pólo produtor e exportador de café da província. Cabe ressaltar que a Zona da Mata era responsável pela quase totalidade da produção de café de Minas neste período.

A elite política dominante na cidade, desde os seus primórdios esteve comprometida com um projeto conservador no aspecto político, mas modernizante quanto as concepções econômicas e urbanas. Observando as atas das sessões da Câmara Municipal entre 1853 e 1888 é possível perceber a importância dedicada pelos membros da mesma a assuntos relacionados a modernização urbana. Em 87,6% (397) das sessões ordinárias foram tratados temas relacionados a urbanização e 76,7% das sessões extraordinárias foram convocadas

⁵STEHLING, Luis José. Como Juiz de Fora nasceu. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Ano IV, número 04, 1968. Pags 12,13 e 14, e ESTEVES, Albino Álbum do município de Juiz de Fora. 3ª Ed. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2008. Pags. 53 e 54

tendo como principal motivo obras urbanas. Evidencia-se uma elite política comprometida com um projeto do que eles consideravam modelo de modernidade.⁶

A assistência social : origens e personagens

Parte do projeto modernista que as elites vislumbravam para a cidade, implicava no estabelecimento de mecanismos sanitários e de assistência, dentre os quais a construção da cadeia pública, de fontes de água, deslocamento do cemitério e – objeto sobre o qual este trabalho se concentra – a construção de hospitais.

A velha concepção medieval de valorização da pobreza opcional, que se aproximava do ideal cristão de vida, “o valor no amor a pobreza” e não pela pobreza, favoreceram um modelo de caridade promovedor e estimulador da mendicância, segundo os estudos de Castel e Geremek.

A modernidade, com sua crescente urbanização e com o crescimento do papel do Estado e das responsabilidades sociais, carrega consigo um novo olhar sobre o saber técnico. Novos ofícios traziam consigo a necessidade da observação e da construção de novos saberes. Para Castel e Geremek, foi neste cenário urbano que a pobreza encontra solo fértil e a assistência teve que se ajustar a uma nova realidade. A pobreza voluntária seria substituída por novas e modernas concepções de Assistência.

Corroborando a relação entre caridade e virtude social consolidava-se uma visão verticalizada e utilitarista da assistência. Neste sentido, a caridade estaria relacionada ao dever cristão e a prática cidadã, construindo uma perspectiva filantrópica da doação, onde o doar não se impõe apenas pela obrigação religiosa, mas passa a compor parte fundamental do convívio social. Nesta direção a atitude filantrópica, apesar de mais dependente das elites capazes de prover recursos em larga escala, é também uma obrigação dos não abastados. Ricos e pobres compartilhariam da mesma obrigação moral com a assistência, apesar de desempenharem papéis distintos.

⁶GOODWIN Jr., James William. A modernidade como projeto Conservador: a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1850-1888. *LOCUS: revista de história*, Juiz de Fora, MG, vol. 3, n.1, 1997. Pag. 126.

A valorização da pobreza cederia lugar ao merecimento da assistência no início dos tempos modernos. Promovendo a institucionalização da caridade, as Misericórdias, apesar de suas inspirações medievais, foram o ponto de partida para o assistencialismo filantrópico em Portugal e suas colônias. Instituições laicas, não subordinadas nem a Igreja, nem ao Estado, mas ao mesmo tempo influenciadas pelos dogmas cristãos e pelas regulamentações e financiamento do Estado, entretanto sem perder seu caráter privado. Este foi o modelo da filantropia lusitana metropolitana e ultramarina.⁷

Para Mary Fissel o “velho” hospital voltado para abrigo dos “necessitados”, desapareceria de forma incontestável. Os “incuráveis”, entendidos como os socialmente vulneráveis, passariam a procurar outros espaços e o hospital ganhava uma resignificação. Nesta direção a filantropia se consolidava em detrimento dos antiquados valores da caridade.

Sandra Cavallo e Roy Porter definem os hospitais como um microcosmos da sociedade e portanto traduzem em seu interior as mudanças por que passavam as sociedades em que estes se inseriam, nem sempre com a mesma velocidade ou profundidade, mas ainda assim vinculados ao processo de transformações.

Para Cavallo, apesar do controle do Estado ser inquestionável será através da filantropia que as instituições de assistência serão financiadas, portanto, o papel da iniciativa privada será crucial no desenvolvimento destas instituições.

Tratando do caso específico de Turim, a autora apresenta uma leitura dos provedores e dos assistidos, dos benfeitores e dos beneficiados, buscando estabelecer as motivações e os significados tanto da filantropia como da assistência. Neste sentido a filantropia, associada as elites locais e a racionalidade, superaria o caráter religioso da caridade. O elemento motivador estaria no prestígio social associado ao ato de doar, a lógica vertical entre quem doa e quem recebe.

⁷LOPES, M. A. Os pobres e a assistência pública, In: TORGAL. Luís Reis e ROQUE, João Lourenço (coords). História de Portugal: O liberalismo (1807-1890). Lisboa: Circulo dos Leitores, 1993, p 501 – 515, volume V.

Através de instituições privadas o filantropo entra no sistema de trocas ao fazer a caridade, em busca de privilégios e status. O doar e o receber atendiam as necessidades de seus personagens principais, permitindo a cada um satisfazer suas necessidades. O pobre trabalhando ou não vive em um contexto de dependência da assistência, uma vez que é incapaz de produzir as condições mínimas de sua sobrevivência. Neste sentido, sua fragilidade social o torna cada vez mais dependente dos mecanismos clientelistas. Contribuiu para este quadro a desqualificação do trabalho promovida pela escravidão, condicionando a todos que dependiam do seu próprio trabalho uma posição inferiorizada na sociedade.

Segundo Lapa, as origens da pobreza poderiam ser as mais diversas: nascimento, empobrecimento, deficiência física, fatalidade, inaptidão, libertação, etc., mas através da ação filantrópica a elite local expressa e executa seu ideal norteador, remover os defeitos étnicos e biológicos, da tradição, de comportamentos e hábitos da população pobre, com o propósito de disciplinar, confinar e territorializar esses indivíduos para conduzi-los ao progresso, à civilização, ao bem-estar e à segurança, indispensáveis aos interesses da própria elite.

Coimbra afirma que pertencer a Irmandade garantia espaço social e econômico valorizado, portanto, a ação de doação dos irmãos se justificaria mais pela busca de prestígio e afirmação de uma responsabilidade social, do que motivada por razões morais ou religiosas. Associada a uma atividade burguesa a filantropia superava a caridade e se afirmava na transição do império para a república.

Juiz de Fora não fugiu a esta tendência tendo seu Hospital da Caridade fundado em 6 de agosto de 1854 pelo Comendador José Antônio da Silva Pinto, também seu primeiro provedor. Tendo sido um dos pioneiros no plantio de café na Zona da Mata Mineira, veio a residir na região de Juiz de Fora entre 1832 e 1840. Proprietário de terras, rico e sem filhos, compôs a Câmara Municipal em várias legislaturas, além de comprar um terreno perto de sua residência, onde a partir de 1854 funcionaria a Casa de Caridade.⁸

Comendador da Ordem da Rosa e da imperial Ordem de Christo, foi homem de várias irmandades: Ordem de São Francisco de Paula, Ordem Terceira do Carmo, Santa Casa de

⁸TRAVASSOS, Miriam. Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Uma reportagem para a história. Juiz de Fora: ESDEVA, 1993.pags. 21 e 22

Misericórdia, todas no Rio de Janeiro, além da Santíssimo Sacramento da Freguesia de Santa Rita, Nossa Senhora Mães dos Homens de Barbacena do Caraça, do Bom Jesus do Matosinhos de Congonhas, além de provedor perpétuo da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos de Santo Antonio do Parahybuna (Juiz de Fora). O Comendador esteve envolvido em diversas atividades relacionadas ao desenvolvimento do município, tais como doação da “columna hidráulica” (água potável) por ele construída; doação de recursos para a construção da Câmara Municipal; doação de recursos para a construção do novo cemitério; doações para o combate a epidemia de cólera; construção do teatro da Misericórdia. Estas tão louváveis ações e seu envolvimento em tantas irmandades revelam seu perfil caridoso e religioso. Não obstante podermos perceber preocupações com o reconhecimento de seus atos como em carta enviada a Câmara para doação da coluna hidráulica ao bairro Senhor dos Passos : “ ... em seguida soltaram-se as torneiras da coluna, e desde esse dia ficou o povo em posse desse pequeno benefício que solenemente lhe fiz”.⁹

Os esforços do Comendador em instalar o Hospital da Caridade lhe valeram o Título de Barão de Bertioga, concedido pelo Imperador D. Pedro II quando da visita a cidade para inauguração da estrada União e Indústria em 13 de maio de 1861.¹⁰ Os títulos eram dados prioritariamente aos fazendeiros e, depois, aos ocupantes de cargos públicos, aos comerciantes, aos negociantes, aos intelectuais e, por último, aos capitalistas sempre respeitando os impedimentos tradicionais: bastardia, crime de lesa majestade, ofício mecânico, sangue infecto. Pela tabela de 2/4/1860, ser nobre no Brasil custava em contos de réis, para cada aspirante ao título de Barão 750\$000¹¹. Nota-se que alcançar a titularidade nobiliárquica requeria um comprometimento financeiro e político do postulante, longe de se tornar um movimento de mero reconhecimento de boas ações por parte do imperador. Este estudo tem procurado encontrar elementos que possam elucidar os propósitos do Comendador José Antônio da Silva Pinto quando da fundação do Hospital da Santa Casa.

A análise de matérias publicadas nos jornais ECHO DO POVO e O PHAROL, distribuídos em Juiz de Fora na segunda metade do século XIX revelam um reconhecimento

⁹TRAVASSOS, Miriam. Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. op cit. pags. 30 a 38

¹⁰STEHLING, Luis José. Como Juiz de Fora nasceu. op. cit.

¹¹Disponível em < http://www.genealogiahistoria.com.br/index_historia.asp?categoria=4& categoria2=4 &subcategoria=186> acesso em 9/01/2015 11:00

da importância da ação do Barão de Bertioga na fundação do hospital, mas apontam também para a denúncia da precariedade das instalações e para a carência que a cidade tinha de uma instituição que de fato prestasse assistência aos mais desprotegidos de nossa sociedade.¹²

Um dos desafios desta pesquisa é esclarecer os horizontes da assistência na cidade de Juiz de Fora na segunda metade dos novecentos. Partindo do princípio de que o Hospital da Caridade não desempenhava a contento o papel de socorrer aos pobres e escravos desta região da Zona da Mata, qual instituição assumiu esta função? Existiria na cidade outro hospital ainda não relatado nas pesquisas, outra cidade absorveria os “necessitados” de Juiz de Fora, estaria a cidade, apesar de toda concepção modernista que norteava sua elite, desprovida que qualquer preocupação neste sentido? A pesquisa ainda não encontrou respostas sustentáveis a estas questões. Esperamos que sua continuidade possa revelar de maneira mais objetiva estes horizontes, permitindo uma leitura mais clara sobre a assistência social na Juiz de Fora do dezenove.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Wilson de Lima. D. Pedro II em Juiz de Fora. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Ano XXXIV, número 13, pags. 11 – 13, 1998.

CARNEIRO, Patricio Aureliano Silva. Conquista e povoamento de uma fronteira: A formação Regional da Zona da Mata no Leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835) / Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

CASTEL, Robert. As Metamorfoses da Questão Social -uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.(Cap. 1 e 2)

CAVALLO, Sandra. “Charity, Power and patronage in eighteenth-century Italian hospitals: the case of Turin” In: GRANSHAW, Lindsay ET PORTER, ROY. The hospital in History. Londres/New York: Routledge. 2007, p.93-122.

COIMBRA, Luís Otávio. Filantropia e racionalidade empresarial (A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro de 1850 a 1920) IN: Revista do Rio de Janeiro, Niterói. Vol. 1, nº3, maio/agosto 1986, p. 41-51.

¹² Jornais ECHO do POVO dos anos de 1881 e 1882 e O Pharol entre 1877 e 1890

ESTEVES, Albino. Álbum do município de Juiz de Fora. 3ª Ed. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2008.

FISSEL, Mary. The disappearance of the patient's narrative and the invention of hospital medicine. IN FRENCH, Roger e WEAR, Andrew (orgs). British medicine in the age of reform. Nova Iorque e Londres: Routledge, 1991.

FREIRE, Jonis. Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2009. (Tese de Doutorado em História).

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 25. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.

GEREMEK, Bronislaw. A piedade e a força: a história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar. 1986 (cap. 1).

GOODWIN Jr., James William. A modernidade como projeto Conservador: a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1850-1888. *LOCUS: revista de história*, Juiz de Fora, MG, vol. 3, n.1, 1997.

LACERDA, Antonio Henrique Duarte. Os padrões de alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-1888. São Paulo: Fapeb/Annablume, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. Os excluídos. Contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). São Paulo: Edusp;Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

LOPES, M. A. Os pobres e a assistência pública, In: TORGAL. Luís Reis e ROQUE, João Lourenço (coords). História de Portugal: O liberalismo (1807-1890). Lisboa: Circulo dos Leitores, 1993, p 501 – 515, volume V.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Povoamento e Colonização da Zona da Mata noséculo XVIII. *Histórica*, São Paulo, n.8, mar. 2006.

MACHADO, Cláudio H. Tráfico interno de escravos estabelecido na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais: Juiz de Fora, na Zona da Mata (Segunda metade do século XIX). Juiz de Fora: UFJF, 1998.

MATOS, Fernanda. A morte e o morrer em Juiz de Fora: Transformações nos costumes fúnebres, 1851-1890 – Dissertação de Mestrado – UFJF. 2007.

OLIVEIRA, Luís Eduardo. Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920). Juiz de Fora: Funalfa; Rio de Janeiro: FGV, 2010.

OLIVEIRA, M. R. Negros: famílias solidárias e desafios urbanos. In: BORGES, Célia Maia. (Org.). Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. 1ª ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000, v. 01, p. 53-87.

PORTER, Roy. "The gofth relation: philanthropy and provincial hospital in eighteenth-century England." In: GRANSHAW, Lindsay ET PORTER, ROY. The hospital in History. Londres/New York: Routeldge. 2007, p.19-42.

SANTIAGO, Sinval Batista. Juiz de fora à luz da História e dos documentos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Ano VIII, número 08, pags. 17 – 36, 1979.

STEHLLING, Luis José. O Juiz de Fora. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Ano I, número 01, pags. 17 - 25, 1965.

_____. Como Juiz de Fora nasceu. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Ano III, número 03, pags. 119 – 130, 1967.

_____. Como Juiz de Fora nasceu. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. Juiz de Fora. Ano IV, número 04, pags. 03 – 17, 1968.

TRAVASSOS, Miriam. Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora. Uma reportagem para a história. Juiz de Fora: ESDEVA, 1993.

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora; Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. Acervo da Biblioteca

Arquivo Público Mineiro – Coleção Leis Mineiras 1835-1889 disponível em <
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/> no dia 10/01/2015 15:25

Biblioteca Nacional; Hemeroteca Digital; Periódicos: Jornal ECHO do POVO diversos números entre os anos de 1881 e 1882 e Jornal O PHAROL diversos números entre os anos 1877 e 1890, disponíveis em Janeiro de 2015

http://www.genealogiahistoria.com.br/index_historia.asp?categoria=4&categoria2=4&subcategoria=186 dia 19/01/2015 11:00

<http://www.santacasajf.org.br/> dia 26/11/2014 13:06

